



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

REFLEXÕES E ANÁLISES CRÍTICAS SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA CIDADE DE PARNAÍBA-PI

REFLECTIONS AND CRITICAL ANALYSIS ABOUT SUPERVISED INTERNSHIP IN THE SHELTER IN PARNAÍBA-PI

Mariana Rocha Menezes¹
Aldilete de Freitas Santos²

Resumo: O Estágio Supervisionado é uma das etapas mais importantes da formação acadêmica, representando um momento de intensa aprendizagem, apreensão da prática e reflexão sobre a profissão. O presente trabalho tem por objetivo relatar e refletir acerca das experiências vivenciadas no Estágio I, realizado na Casa de Acolhimento Infantojuvenil de Parnaíba (CAIP), no estado do Piauí. Corresponde a um relato de experiência construído a partir de vivências do campo de estágio e de leituras relacionadas. Pode-se observar uma instituição com demandas extremamente complexas e delicadas, lidando diariamente com a violação dos direitos de crianças e adolescentes, bem como com o rompimento de vínculo familiar. O trabalho das profissionais é dinâmico, sendo o dia-a-dia geralmente agitado, dadas as inúmeras atividades a serem realizadas (visitas, escutas, relatórios, intervenções, dentre outras), em vista de uma rápida resolutividade dos casos, dada a provisoriedade em que deve consistir o serviço. Ademais, a equipe técnica lida diariamente com limites em sua atuação, haja vista a desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais, bem como a dificuldade de diálogo com a gestão do município, dentre outras questões. Nota-se a luta constante, tanto da Assistente Social quanto da Psicóloga da instituição, em viabilizar os direitos dos(as) usuários(as) da CAIP e suas famílias. De maneira a assegurar o desenvolvimento em um âmbito familiar, não ocorrendo novamente violação de direitos. Assim, o Estágio Supervisionado em Serviço Social I correspondeu a uma experiência rica e indispensável para o crescimento da aluna, de forma a permitir que ela tivesse percebido de perto a importância da profissão na vida dos(as) usuários(as) e da luta pelo que defende a categoria, através do Projeto Ético-político Profissional e do Código de Ética Profissional.

Palavras-chave: Estágio. Acolhimento Institucional. Trabalho. Direitos.

Abstract: The Supervised Internship is one of the most important stages for academic training, which represents a moment full of learning, apprehension and reflection about the profession. This research has the objective to report and reflect the experiences lived in Supervised Internship I, carried out in a shelter for children and adolescents in Parnaíba (CAIP), state of Piauí. Corresponding to an experience report constituted by experiences in the field of training and related readings. It can be observed an institution with extremely complex and delicate demands, dealing daily with the violation of children's and adolescents' rights, as well as the rupture of family ties. The work of the professionals is dynamic, and the day-to-day work is generally bustling, considering the tasks to be carried out (visitors, interceptions, reports, interventions...) in view of a fast resolution of the cases, considering the temporariness of the service. Furthermore, the technical staff daily deal with the bounds in its action, considering the State's unaccountability facing the social demands, as well as the difficulty of discuss with the city management, among other matters. It's notable the constant struggle, as much as Social Worker and Psychologist of

¹ Estudante de Graduação. UNINASSAU. E-mail: <marianarochamenezes@hotmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Casa de Acolhimento Infantojuvenil de Parnaíba. E-mail: <marianarochamenezes@hotmail.com>.

the institution, to enable the users' rights of CAIP and their families, in such a manner to ensure the development of the family environment, to avoid, completely, the rights violations. Thus, the Supervised Internship in Social Work is a rich and indispensable experience for the student's growth. In order to awaken the importance of profession in the users' life and the fight which defends the class, through the Professional Ethical-Political Project and the Professional Code of Ethics.

Keywords: Stage. Shelter. Job. Rights.

Primeiras palavras

O Estágio Supervisionado em Serviço Social I consiste em um momento ímpar na vida do discente no que concerne à formação profissional, mas também em experiências e vivências que enriquecem sua vida particular. Assim, torna-se interessante reservar um momento para refletir e sistematizar os acontecimentos desse processo de ser inserido em um campo sócio-ocupacional do Serviço Social, analisando de forma crítica acerca das inquietações ocasionadas a partir do contato direto com a realidade na qual o(a) Assistente Social atua, bem como das intervenções realizadas, condições de trabalho e afins.

No que concerne ao estágio em questão (curricular obrigatório), o mesmo pressupõe supervisão direta de um(a) supervisor(a) de campo e outro(a) acadêmico(a), norteadas por um plano de estágio construído em conjunto. Isto "(...) na perspectiva de garantir ao estudante o desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimento sobre a realidade com a qual se defronta no estágio e de intervir nessa realidade, operando políticas sociais e outros serviços." (BRASIL, 2010, p.17).

Nesse contexto, o Estágio I, ao qual se refere o presente relato de experiência, ocorreu na Casa de Acolhimento Infantojuvenil de Parnaíba (CAIP), serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes situado na cidade de Parnaíba, Piauí. Tem por objetivo principal acolher, de maneira provisória e excepcional, indivíduos de 0 a 18 anos sob medida protetiva (a VII prevista no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e que se encontravam em situação de risco estando as famílias temporariamente impossibilitadas de se responsabilizar pelos mesmos (BRASIL, 2014).

Assim, relatam-se neste trabalho as experiências vivenciadas no campo em questão ao longo de 4 meses (setembro a dezembro), que correspondeu ao cumprimento de 150 horas, referente ao Estágio I, com uma reflexão crítica e

análise acerca do serviço, da atuação profissional, do contexto de funcionamento da instituição, limites e possibilidades de atuação, dentre outras questões. Embasado em um arcabouço de teóricos(as) legitimados(as) do Serviço Social, bem como no ECA e nas demais legislações referentes ao serviço e seu funcionamento.

Proposta de ação

Nesse estágio se deu a proposta de vivenciar o cotidiano da Assistente Social no serviço de acolhimento institucional, de forma a observar suas ações, instrumentos utilizados, a operacionalização da política onde a mesma está inserida, atribuições, competências e afins. Isto com o objetivo de provocar na aluna a reflexão crítica e apreensão dos pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos percebidos no espaço sócio-ocupacional em questão.

Almejou-se seguir o estabelecido na Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2010 apud GUERRA, 2002, p. 8) e defendido pela categoria profissional no que diz respeito a:

Problematizar, conhecer e construir novas possibilidades para a intervenção profissional, num campo contraditório de práticas e retóricas que fortalecem a fragmentação e a atomização nos processos sociais e de trabalho, torna-se estratégico e exige o esforço crítico-reflexivo, por meio de uma formação profissional que se coloca para além da lógica instrumental no agir profissional.

Outrossim, dentro da mesma proposta houve ainda a realização da leitura de um arcabouço teórico que permitiu conhecer profundamente a Política de Assistência Social e seu processo histórico, especificamente o que compete à Alta Complexidade e, conseqüentemente, ao Acolhimento Institucional. Bem como foi possível observar, em um processo dialético, as questões ético-políticas, teórico-metodológicas, os instrumentais e técnicas utilizados pela profissional.

Ademais, faz parte ainda da proposta de ação o movimento de refletir de maneira crítica e, posteriormente, relatar, a partir de embasamento teórico, as observações realizadas e atividades desenvolvidas no cotidiano do estágio, de maneira a fazer também uma leitura da conjuntura atual e seus reflexos na

política de Assistência Social (no país como um todo e no município em particular) e na atuação da Assistente Social na instituição.

Desenvolvimento do estágio

As vivências neste campo de estágio foram de enorme riqueza desde o primeiro momento, dada a complexidade dos casos que, geralmente, envolvem diversas expressões da questão social, bem como outras instituições que compõem a rede socioassistencial. Por outro lado, também é importante falar do quão delicada é cada situação vivenciada nesse campo em específico. Ao passo que se trata de crianças e adolescentes, os quais passaram (a depender do caso) por violências, abandono, negligência e diversas outras formas de violação de direitos.

Nesse contexto, foi inevitável, em um primeiro momento, o choque com uma realidade tão dolorosa e injusta que vai de encontro direto com a sensibilidade do ser humano. De forma que demora um certo tempo para a aluna compreender, de fato, o movimento da instituição e consiga lidar com o sentimento de indignação (sem, entretanto, deixar de senti-lo). Esse processo passa a ser possível até mesmo com o auxílio indireto da profissional supervisora de campo, pois observa-se que a mesma sempre mostrou maturidade, competência e compromisso na forma de lidar com cada caso, inclusive para reconhecer os limites e as possibilidades de sua intervenção.

Dessa maneira, acompanhar todo o trabalho desenvolvido, desde atendimentos a visitas domiciliares e discussão de casos, foi extremamente significativo na construção do olhar crítico da estagiária dentro e fora da instituição. Assim, aos poucos e em cada atividade realizada, pôde ser apreendido o sentido e a relevância de cada momento, onde a equipe técnica (Assistente Social e Psicóloga) objetivava alcançar uma rápida e embasada resolução, sempre visando a provisoriedade e excepcionalidade do serviço, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesse sentido, torna-se interessante relatar brevemente sobre as atividades mais realizadas cotidianamente pelas profissionais da instituição e a forma que a aluna apreendeu. Dentre elas: visita domiciliar; visita institucional; atendimento/acompanhamento das famílias; trabalho em conjunto com o Núcleo

de Adoção; intervenções com os(as) acolhidos(as); discussão de casos; elaboração de documentos.

No que diz respeito à visita domiciliar, esta é uma prática diária no âmbito do acolhimento institucional. Momento em que as profissionais entram em contato direto com a realidade, podendo observar, questionar, realizar conexões, apreender o modo de viver daquelas pessoas e assimilar como se configura e organiza o meio em questão. (AMARO, 2016). De forma que, geralmente, representa o início da compreensão da história de vida do(a) acolhido(a), bem como as motivações para ter sido necessária a medida protetiva de acolhimento.

Já no que concerne à visita institucional, a mesma é constante e necessária pelo próprio caráter do serviço. Este, por ser de última instância, na maioria das vezes recebe usuários(as) que já foram acompanhados(as) por equipes de outros serviços da rede socioassistencial. Assim, essa visita se torna indispensável para a compreensão completa do caso (aliada à interdisciplinaridade³). Para mais, o Código de Ética do/a Assistente Social (BRASIL, 2012, p. 33), art. 10, alínea d, corrobora para o/a profissional da categoria “incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar”.

Além disso, outra atividade diária é o atendimento à família, nuclear e/ou extensa, que vai até a CAIP e apresenta interesse em realizar visitas e/ou retirar a criança e/ou adolescente da instituição. De forma que a equipe realiza a escuta qualificada, observa, dialoga e faz questionamentos com o intuito de compreender como se dá a relação da pessoa com o(a) acolhido(a). E se há, realmente, a possibilidade de se trabalhar uma reintegração familiar, sem colocar em risco a vida do indivíduo.

Ademais, esse momento auxilia também no processo de reconstrução da história de vida de cada usuário(a) do serviço, a partir dos relatos ouvidos e analisados. Haja vista que as demandas, a princípio, chegam esfaceladas, incompletas e com caráter emergencial, o que exige das profissionais um olhar crítico e aguçado, para além do que se apresenta superficialmente em cada caso (GUERRA; SANTOS; BACKX, 2016).

Não sendo possível a reintegração familiar, após todas as alternativas se esgotarem, a equipe deve tentar uma família substituta. (BRASIL, 2017). Isto

³Corresponde à participação conjunta ao discutir um caso, sendo relevante todas as visões para que ocorra uma leitura mais ampla e uma resolução colaborativa. (ELY, 2003).

ocorre através do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), sendo necessário o contato direto e cotidiano entre a equipe da CAIP e a do Núcleo de Adoção para agilizar e fazer de forma segura a adoção. O que se caracteriza como uma atividade também observada no dia a dia da instituição, haja vista sempre ter crianças e/ou adolescentes nesse processo.

Simultâneo a isso, são realizadas intervenções (adequadas à idade) com cada criança e/ou adolescente desde sua entrada até a saída do serviço. Seja pela escuta inicial, pelo acompanhamento diário das vivências dentro e fora da instituição, por encaminhamentos para outros serviços/atividades externas e afins. Visando a todo instante possibilitar, a partir dos dispositivos acessíveis à CAIP, o melhor desenvolvimento para cada um(a), conforme o predisposto nas Orientações Técnicas sobre o serviço.

É indispensável ressaltar que grande parte das decisões, se não todas, são tomadas somente após a discussão do caso entre as profissionais. Aspecto que chama bastante atenção, pois o trabalho desempenhado na instituição é, de fato, em equipe, em que as mesmas discutem e expõem suas colocações (a fim de alcançar um consenso), respeitando as atribuições e competências particulares de cada área de atuação. Nesse contexto, quando aberta pela supervisora de campo a possibilidade, a estagiária expressava seu ponto de vista e suas percepções sobre uma dada situação.

Outrossim, também é presente diariamente às questões documentais, sobretudo pelo contato imprescindível - e previsto no ECA - da equipe técnica com a 3ª Vara da Infância e da Juventude. Como, por exemplo, a elaboração do Plano Individual de Atendimento⁴ (PIA). Bem como o documento que informa quando há o acolhimento de alguma criança e/ou adolescente, a construção de relatórios referentes a cada caso, dentre outros.

Assim, diante desse contexto, o Estágio Supervisionado I se desenvolveu de forma enriquecedora e de grande aprendizado e crescimento para a aluna, pois a mesma teve contato com uma prática extremamente complexa e delicada, percebendo a tamanha importância do trabalho desenvolvido pela Assistente Social na instituição. Bem como o compromisso, seriedade e cuidado que deve

⁴Sistematiza o trabalho a ser realizado com a criança e/ou adolescente e sua família, em conjunto com os demais serviços, os quais atendem esses(as) usuários(as). (BRASIL, 2018).

se ter ao realizar o estudo de cada situação e expressar sua conclusão sobre a mesma.

Isto porque a resolução de cada caso diz respeito ao futuro da criança e/ou adolescente envolvido(a). Dessa forma, ter precaução é essencial para não colocá-lo(a) em uma nova situação de risco, buscando, nesse sentido, o reconhecimento e legitimação dos direitos previstos no ECA. Para mais, a Assistente Social luta para que ocorra a inserção em programas, projetos e serviços (responsabilidade do Estado para com a população), expansão da cidadania, autonomia e liberdade (BRASIL, 2012).

Reflexões e críticas

Pode-se observar que o trabalho dos(as) Assistentes Sociais não se executa isolado de um meio e de condicionantes, ou seja, ele não se basta por si só para efetivar o atendimento das demandas que chegam aos/as profissionais. A medida em que dependem das circunstâncias as quais se apresentam na prática, bem como das instituições empregadoras, dos recursos disponíveis, da política norteadora do serviço, dentre outras questões (IAMAMOTO, 2000).

Nesse contexto, cada campo de atuação apresenta suas particularidades na realização do exercício profissional, com seus limites, possibilidades e desafios próprios. No caso da CAIP, uma das dificuldades presentes constantemente dizem respeito ao desarmônico diálogo com a gestão do município. Pois esta carrega fortemente a herança histórica do assistencialismo, oferecendo às demandas apenas o mínimo, em um cenário de favor, boa vontade e caridade, sem reconhecer o direito da população (BRASIL, 2016).

Isso, juntamente com o vínculo empregatício precário das profissionais (através de processo seletivo), gera um ambiente desconfortável para a equipe técnica como um todo, que, algumas vezes, enfrenta interferência da gestão nos casos, pois algumas pessoas à frente da mesma colocam palpites e querem dizer como as profissionais devem agir em dadas situações. Entretanto, estas se posicionam contra esse tipo de atitude e a todo instante mostram suas atribuições e competências, travando a luta de reafirmar diariamente a propriedade e seriedade no atendimento e resolução dos casos.

Para mais, outra questão que se coloca como limite no desenvolvimento do trabalho é a falta de uma sala própria para a equipe. Esta compartilha a mesma sala com a coordenação da CAIP, o que, apesar de todas terem um bom relacionamento e respeitar o espaço de cada área de atuação, já ocasionou situações prejudiciais. Como, por exemplo, interrupção ao decorrer de uma escuta qualificada, bem como durante a discussão de caso ou elaboração de um relatório. O que tira a privacidade e concentração não só da Assistente Social e da Psicóloga, como dos(a) usuários(a) do serviço que são a prioridade naquele ambiente.

Ademais, é importante pontuar também a sobrecarga de trabalho quando se ultrapassa a capacidade máxima da instituição, de 20 crianças para 1 equipe técnica mínima. (BRASIL, 2009). Gerando excesso de estudos, visitas, escutas, intervenções, dentre outras atividades para serem realizadas de forma qualificada e o mais breve possível, visto que se preza pela provisoriedade do acolhimento. Entretanto, por vezes, isto acaba sendo inviável, dadas as próprias circunstâncias da instituição, a complexidade dos casos e a necessidade – não suprida pelo Estado – de outra equipe técnica.

Esses, dentre outros impasses presentes na CAIP, condicionam o desenvolvimento do trabalho das profissionais e, conseqüentemente, afetam diretamente no caso e na vida de cada acolhido(a). Estes(as) geralmente saem de um ambiente onde houve diversas violações de direitos e passam a viver em um acolhimento institucional. O qual, apesar de proteger e oferecer minimamente o que as crianças e os(as) adolescentes necessitam, apresenta diversos limites e acaba por não cumprir o que a política assegura para o pleno desenvolvimento durante o período de acolhimento.

Outrossim, é notório, tanto por parte da Assistente Social quanto da Psicóloga, a busca (a partir da apropriação diária do campo de atuação) de maneiras para romper com o instituído e mudar, paulatinamente, as dificuldades nesse cenário onde estão inseridas. (GUERRA; SANTOS; BACKX, 2016). A fim de lutar por melhores condições de trabalho, pela responsabilização do Estado diante das demandas sociais, na defesa dos(as) usuários(as) do serviço, assim como na luta pelo que defende o Projeto Ético-Político Profissional e o Código de Ética de cada categoria.

Além disso, prezando por um trabalho qualificado com as famílias, as quais chegam diversas vezes em um processo de sofrimento e são culpabilizadas e marginalizadas, seja por instituições ou pela sociedade em geral. De maneira que as profissionais da CAIP, na medida do possível, as acolhem, realizam escutas, buscam viabilizar direitos até então negados, encaminham para serem acompanhadas também em outras instituições, dentre outras intervenções, a fim de que seja possível o retorno da criança e/ou adolescente ao ambiente familiar.

Nesse sentido, nota-se, dentre outras estratégias, a força do trabalho coletivo e da união entre a equipe técnica (atitude que deve ser principiante em todos os campos, mas que nem sempre se concretiza como deveria), o que facilita tanto na mediação dos constantes conflitos com a gestão, como no processo de tomar decisões, sempre visando o melhor interesse da criança e/ou adolescente, de forma a utilizar as potencialidades de cada profissional a favor da legitimação dos direitos desses. (IAMAMOTO, 2000). E não sobrepor as dificuldades e os limites institucionais às necessidades reais de cada demanda.

Concluindo em torno de novas experiências de formação

Com isso, é notória a relevância do processo de estágio na vida acadêmica e na formação profissional como um todo. Sendo o momento onde o(a) aluno(a) entra em contato direto com a realidade, onde estão presentes as diversas expressões da questão social e as formas de resistência dos sujeitos na sociedade capitalista atual. Assim como nota com maior proximidade a importância da profissão, de suas bandeiras de luta e do que esta defende no Projeto Ético-político e no Código de Ética Profissional.

Podendo ser citados, correlacionando com o que está mais evidente no presente relato de experiência, os seguintes princípios fundamentais do mesmo Código (BRASIL, 2012, p. 23-24):

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; IX. Articulação com o movimento de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

É essencial a compreensão, por parte dos(as) alunos(as) inseridos(as) nos campos de estágio, da importância do exercício do Serviço Social enquanto profissão em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Firmando a indispensável presença dos(as) profissionais nas áreas de atuação já conquistadas, dada a constante deslegitimação, por parte do Estado, para com a categoria. Bem como na luta por novos campos sócio-ocupacionais os quais também devem ser ocupados.

Isso com o intuito de possibilitar a ampliação de direitos dos sujeitos, além da garantia do que já é reconhecido, e que, no entanto, sofre desmonte em meio à conjuntura de contrarreforma das políticas públicas e avanço neoliberal. Sempre em luta da “(...) construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2012, p. 24). Em vista de um desenvolvimento e futuro digno para crianças e adolescentes atendidos(as) na CAIP – e suas famílias –, e também por um serviço de qualidade, onde esses indivíduos possam ser atendidos conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente e as demais legislações vigentes.

Referências

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: teoria e prática**. Brasil: Papel Social, 2016.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão – 10ª. Ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2011.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional**. Brasília. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio**. Brasília: ABEPSS, 2010.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado, 1990.

BRASIL. **Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento.** Brasília, abril de 2018.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, junho de 2009.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais** (2014).

Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

ELY, Fabiana Regina. **Serviço Social e Interdisciplinaridade.** R. Katál. Florianópolis, v. 6, n.1, p. 114-117, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2017.